

MILÊNIO INTERNACIONAL DA MULHER

Parabéns, bancárias!

Que não seja apenas o dia, um único dia, nem somente o mês da mulher. Mas que este seja o século, o milênio delas, da emancipação feminina, para um mundo melhor, mais sensível, humano e justo. Parabéns, mulheres!

NANDO NEVES

**Mulheres
nas ruas pela
igualdade
de direitos
no trabalho
e na vida**

Dia 18/3 - Cinelândia

Das 14h às 18h

Fórum Estadual de Mulheres
Trabalhadoras das Centrais Sindicais



O presidente Almir Aguiar com a vice, Adriana Nalesso, diretoras e funcionárias do Sindicato dos Bancários do Rio

“Para começar, gosto das mulheres. Acho que elas são mais fortes, mais sensíveis e que têm mais bom senso que os homens. Nem todas as mulheres do mundo são assim, mas digamos que é mais fácil encontrar qualidades humanas nelas do que no gênero masculino. Todos os poderes políticos, econômicos, militares estão nas mãos dos homens. Durante séculos, a mulher teve de pedir autorização ao seu marido ou ao seu pai para fazer fosse o que fosse. Como é que podemos viver assim tanto tempo condenando metade da humanidade à subordinação e à humilhação?”

“As Mulheres São Mais Fortes”. do escritor José Saramago

IGUALDADE DE OPORTUNIDADE**Vem aí o II Censo da Diversidade**

De segunda-feira (17) ao dia 25 de abril, os bancários e bancárias vão poder responder ao questionário do II Censo da Diversidade, uma iniciativa conjunta dos trabalhadores no sistema financeiro e dos empregadores. O censo foi decidido em reunião da mesa temática realizada em 18 de fevereiro, em São Paulo.

O objetivo do censo é traçar um perfil da categoria o mais aproximado possível da realidade, resultado que será agregado a outros instrumentos disponíveis pelo movimento sindical para traçar uma política de igualdade e de inclusão no sistema financeiro. A iniciativa se desenvolve no âmbito da Secretaria de Políticas Sociais da Contraf-CUT e dos sindicatos a ela filiados.

“Por isso é fundamental que as bancárias e os bancários respondam ao questionário da forma mais sincera



e responsável para termos um quadro bem claro do nosso perfil”, conclama a sindicalista Kátia Branco, que

participou da mesa temática como representante da Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato.

Do Sindicato, também participou da mesa temática a diretora Adilma Nunes, representante da Cegros (Coletivo da Contraf-CUT).

COMO SERÁ FEITO

Os bancos vão disponibilizar o questionário, que deverá ser respondido pelos bancários e bancárias. A compilação dos dados tabulados será feita com a participação de diversas entidades que apoiam a iniciativa. A partir desse resultado, será possível saber como os bancos se portam em relação à ascensão das bancárias e bancários na carreira, a inclusão da pessoa com deficiência (cota de 5%, assegurada por lei e descumprida pelos bancos), o diálogo com a população LGBT, entre outros.

BOA NOTÍCIA**Mudança na Lei Maria da Penha vai dispensar denúncia das vítimas**

Mais um avanço para barrar a violência contra a mulher foi conquistado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados com a aprovação do projeto que altera a Lei Maria da Penha (11.340/06). A proposta, que agora segue para o Senado Federal, obriga o estado a apurar ocorrências de agressão contra a mulher, mesmo que a vítima não se disponha a fazer a denúncia. Pela legislação atual, os juristas têm entendido que é preciso a formalização da denúncia pela mulher agredida. Mas, em muitos casos, a vítima teme retaliações do agressor, que muitas vezes faz ameaças para que a mulher não denuncie a violência sofrida.

LEGISLAÇÃO MAIS DURA

Outro avanço na CCJC foi a aprovação do Projeto de Lei 3888/12, da deputada federal Sandra Rosado (PSB-RN), que proíbe os chamados “institutos despenalizadores” nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. A proposta da parlamentar prevê o fim dessas alternativas à instauração de processos criminais e prisão de infratores, como a dispensa da fiança, um possível acordo entre a acusação e o criminoso para evitar a ação. Não poderá ser aplicado também o chamado “Termo Circunstanciado de Ocorrência” (TCO), que é o registro de uma infração de menor potencial ofensivo, ou seja, um



As mudanças na Lei Maria da Penha visam tornar mais dura a punição para os agressores que cometem violência doméstica contra a mulher

crime de menor relevância, que permite a substituição do auto de prisão em flagrante por outra alternativa.

“A ideia da proposta é preservar a essência da Lei Maria da Penha”, afirma a autora do projeto.

Atividades do mês da mulher

13/3 - Caravana do Sindicato no Centro em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Ato público em comemoração aos 50 anos do Comício da Central.

16/3 - Rede de Serviços da Capital pelo fim da violência contra a mulher (Delegacias da Mulher, Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outras instituições), com informações e serviços, na Praia de Copacabana, altura do Hotel Copacabana Palace, às 9h.

18/3 - Fórum Estadual de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais (às 14h, na Cinelândia)

20/3 - Debate “A mulher e seu papel na luta contra a discriminação racial” (às 18h, no Seeb-Rio)

24/3 - rêmio Nise da Silveira com homenagem a oito mulheres, às 18h, no Teatro Carlos Gomes, na Praça Tiradentes.

27/3 - Debate: Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação (Câmara Municipal, 18h).

28 e 29/3 - Seminário “Mulher e Saúde” (Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar, às 9h).

BANCÁRIO

Presidente: Almir Aguiar – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Miratáia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Viúva Dantas, 659, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Itaú/Unibanco), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiária:** Roberta Ohanna Braga - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – **Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36- Benfica – Telefone:**

3860-0100) - **Distribuição Gratuita** - **Tiragem: 23.000**

ENTREVISTA/NALU FARIA

“Patriarcado considera que o mundo é dos homens, e as mulheres lhe são subalternas”

Nalu Faria é integrante da Coordenação da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), organização com representação em 60 países, inclusive no Brasil. É também coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF). Ambas as entidades têm por finalidade ajudar a tornar as mulheres protagonistas das lutas por importantes mudanças na sociedade, entre elas o fim de toda a forma de opressão sobre a mulher. Nesta entrevista, Nalu fala das iniciativas para garantir a transformação desta realidade mundial e a busca pela emancipação feminina.

Jornal Bancário – Quais as principais bandeiras feministas defendidas pela Marcha Mundial de Mulheres?

Nalu Faria - Tanto a Marcha quanto a SOF atuamos a partir de uma visão de que o patriarcado - ou seja a opressão sobre as mulheres - é estruturante das relações sociais e do modelo de sociedade que temos. É isso tem que ser visto articulado ao que é o capitalismo, o racismo, a opressão da sexualidade. Nossas iniciativas têm a ver com uma visão de transformação desta realidade mundial. Atuamos com uma agenda ampla que trata de diversos aspectos. Mas, de forma sucinta, organizamos nossa intervenção a partir dos temas da Marcha Internacional que estão organizados no que chamamos quatro campos de ação que são: o trabalho e a defesa da autonomia econômica das mulheres, divisão equânime do trabalho doméstico, fim da maior valorização do homem no mercado de trabalho. Outro tema é o combate à violência que vemos como mecanismo usado para dominar as mulheres. Exigir punição, acolhimento às agredidas, é preciso, mas também articular estas exigências com a luta pela autonomia econômica, é fundamental para sair de uma situação



Nalu Faria é psicóloga, integrante da Coordenação da Marcha Mundial de Mulheres e coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF)

de violência. O quinto campo de ação é o dos bens comuns e serviços públicos e a questão da paz e desmilitarização. Agora, esses temas são trabalhados de acordo com a realidade dos países. No Brasil nossa agenda é ampla e temos dado ênfase à crítica da mercantilização do corpo e da vida das mulheres, o tema da prostituição e legalização do aborto.

Bancário – Qual a posição das duas entidades sobre segurança alimentar, agronegócio e gênero?

Nalu – Já que você tocou neste ponto, tem a ver com o que chamei de terceiro campo de ação da plataforma da Marcha Mundial de Mulheres: os bens comuns e políticas públicas, com a sustentabilidade ecológica e a não mercantilização da natureza. Defendemos, não a segurança alimentar, que trata do

direito à alimentação, mas a soberania alimentar, o direito de decidir produzir e consumir alimentos respeitando a nossa cultura. A segurança alimentar não garante isso. Nós consideramos que soberania alimentar é uma formulação que potencializa a crítica ao agronegócio, reforça o tema da soberania sobre nossos territórios, da reforma agrária. Nesse debate da soberania alimentar também foi muito importante a atuação das mulheres e a luta pelo reconhecimento do seu papel histórico na produção de alimentos e que não haverá soberania alimentar onde houver relações desiguais entre homens e mulheres.

Bancário – Como a MMM está se envolvendo na campanha pela reforma política e qual a importância desta reforma para a agenda das mulheres?

Nalu – É uma prioridade. O Brasil

e outros países da América Latina vivem um momento de mudança social importante. Temos que aprofundar a democracia. Para isso é preciso realizar uma reforma política que não pode ser feita por este Congresso Nacional, mas por uma Assembleia Nacional Constituinte. E um plebiscito sobre a necessidade da Constituinte será fundamental para ajudar neste processo. Temos que questionar o modelo patriarcal que exclui as mulheres das decisões políticas e de uma participação igualitária na sociedade. O modelo patriarcal encara as mulheres como cuidadoras da família, e ainda não as considera como sujeitos políticos plenos. A sociedade tem que mudar esta concepção e deixar de achar natural, por exemplo, que apenas 9% dos parlamentares do Congresso brasileiro sejam mulheres. Ou que a prostituição seja encarada como natural.

Sindicato e Contraf-CUT defendem reforma política com maior participação da mulher



O SÉCULO DELAS - A ampliação da participação da mulher na política só será possível com a quebra de paradigmas históricos, culturais e de valores morais que são repassados às novas gerações desde os primeiros anos de vida dos indivíduos

O Sindicato dos Bancários do Rio e todos aqueles filiados à Confederação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) defendem a participação dos trabalhadores e fundamentalmente das mulheres no debate sobre a reforma política.

“É essencial que bancários e bancárias participem do debate da reforma política. Se atualmente a sociedade já não se sente representada pelo modelo atual da democracia burguesa, somente com a participação dos trabalhadores vamos aperfeiçoar os instrumentos democráticos de participação”, afirma o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

“A CUT e os movimentos sociais se uniram para encaminhar essas demandas, que passam pela realização de um plebiscito e por um amplo debate na sociedade até a reforma propriamente dita. E nós, mulheres, temos motivo de sobra para fazer valer essa reforma”, afirma Deise Recoaro, secretária de Mulheres da Contraf-CUT.

O Brasil ainda está longe de garantir igualdade

de direitos entre homens e mulheres em todas as áreas, inclusive a política. Segundo dados da Inter-Parliamentary Union, o Brasil ocupa o 121º lugar no ranking de igualdade de gênero, atrás de países como o Afeganistão. O Parlamento brasileiro não reflete a participação cada vez maior das mulheres na economia e na vida social do país (confira quadro), apesar de elas já possuírem nível de escolaridade maior do que dos homens e de serem a maioria da população economicamente ativa.

A reforma política é importante não apenas para criar mecanismos que permitam uma participação maior da mulher no Congresso Nacional, prefeituras e governos estaduais. Os trabalhadores e trabalhadoras também precisam ampliar sua participação. Do total de 594 representantes no Congresso Nacional (entre deputados e senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 fazem parte da bancada ruralista e 66 da bancada evangélica. Apenas 91 são representantes dos trabalhadores (as).

Participação de mulheres na política

As mulheres têm sido historicamente sub-representadas na política. Raros são os casos em que são eleitas como chefes de Estado e de governo. Apesar do cargo máximo no Brasil ser ocupado por uma mulher, a



participação feminina nas esferas de poder ainda é baixa. Em um *ranking* que avalia a representação política por gêneros em 146 países, preparado pela União Interparlamentar, o Brasil ocupa um modesto 110º lugar, atrás de nações como Togo, Eslovênia e Serra Leoa.

O problema vem de longe. Durante grande parte da História do Brasil foram-lhes negados os principais direitos políticos como, por exemplo, votar e se candidatar. Somente em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram estes direitos. Em 1933, a médica Carlota Pereira de Queirós foi eleita, tornando-se a primeira mulher deputada federal brasileira. Estas conquistas se deram através da pressão feminina por direitos iguais. Carlota fez parte da Constituinte que estabeleceu definitivamente o direito da mulher ao voto.

Embora as mulheres representem 51,7% dos eleitores brasileiros, sua participação na Câmara dos Deputados é de 9%, número semelhante aos 10% registrados no Senado. São Paulo, a maior cidade do país, possui os mesmos 9% de vereadoras na Câmara Municipal. No Poder Executivo, a situação não é diferente: das 26 capitais, somente duas têm mulheres como prefeitas.

A tímida representação feminina no Poder Legislativo se mantém inalterada mesmo depois da aprovação da Lei Eleitoral 9.100, promulgada em 1995, segundo a qual 20% dos postos deveriam ser ocupados pelas mulheres. Em 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu uma reforma na lei, tornando obrigatória 30% a proporção mínima de participação das mulheres, mas os partidos políticos alegam “dificuldades em atrair as mulheres” para seus quadros. Nas últimas eleições legislativas, a média de candidatas à Câmara dos Deputados foi de 19%; para as assembleias legislativas, 21%.

É preciso avançar. Neste sentido, e por pressão do movimento de mulheres, foi criada pelo governo federal, em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que reuniu os esforços para, entre outros objetivos, ampliar a participação feminina nos cargos públicos. No Congresso Nacional passou a funcionar também o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, instrumento multipartidário cujo objetivo é fortalecer a inserção da mulher no poder, por meio de cursos, seminários e campanhas institucionais.

No Brasil, para que essa realidade mude é necessária a criação de políticas no mais alto nível da gestão pública. Instituições fortes, que visem o empoderamento das mulheres, são indispensáveis para garantir avanços e impedir retrocessos. E acabar com a discriminação existente à participação da mulher nos partidos conservadores.

Adriana Nalesso

Vice-presidente do Sindicato dos Bancários

DEMOCRACIA?

A mulher nas instituições de poder

- ◆ Câmara dos Deputados: dos 513 deputados federais, apenas 44 são mulheres (8,6% do total).
- ◆ Senado: dos 81 senadores, 13 são mulheres (16%).
- ◆ Prefeituras: as mulheres são menos de 10% das prefeitas.
- ◆ Câmaras Municipais: mulheres são cerca de 12% dos vereadores.